

RESOLUÇÃO

CONTRA A POLÍTICA DE DIREITA, A AUSTRIDADE E O EMPOBRECIMENTO

MUDAR DE POLÍTICA E DE GOVERNO

Decorridos 19 meses de aplicação de programas de austeridade, decorrentes de acordos entre os Governos, do PS e do actual Governo PSD/CDS-PP, e a troika (UE/BCE/FMI), estamos hoje perante a realidade dum país mais empobrecido, mergulhado na recessão e com mais desigualdades e em que as pessoas têm menos direitos e receiam pelo seu futuro e pelo futuro dos seus filhos.

Os reformados e os pensionistas têm sido um dos alvos principais da austeridade. O poder de compra das pensões baixou e alguns dos pensionistas viram mesmo reduzidas, em termos nominais, as suas pensões. O Indexante dos Apoios Sociais mantém-se congelado desde 2009. O acesso à saúde foi condicionado, nomeadamente pelo aumento das taxas moderadoras do SNS, pelas alterações nos critérios da sua isenção e pelas reduções nas participações nos medicamentos. Os apoios à mobilidade foram reduzidos ou suprimidos.

As dificuldades económicas estão hoje a fazer com que haja reformados a deixarem de tomar medicamentos e a adiarem consultas médicas; a não se deslocarem, ficando mais expostos ao isolamento; a terem de abandonar os lares ou porque não têm rendimentos ou porque são as famílias que não têm meios para continuar a suportar as elevadas despesas, dada a falta de respostas sociais.

O Orçamento de Estado para 2013, na sequência de novos acordos do Governo com a troika, significa um ataque sistemático aos aposentados, aos pensionistas e aos trabalhadores. Os cortes nos salários e a manutenção dos cortes nas pensões, conjugados com o agravamento da fiscalidade, sobretudo do IRS, diminuirão ainda mais o poder de compra dos reformados e das suas famílias. As pensões não são actualizadas, incluindo algumas das pensões mínimas do regime contributivo.

Em 2013 a actualização do 1º escalão das pensões mínimas, (até 15 anos de contribuição), traduziu-se num valor de 9 cêntimos por dia; as de sobrevivência (até 12 anos) 4 cêntimos; (mais de 12 anos) 5 cêntimos por dia.

A despesa com funções sociais do Estado, em áreas tão importantes para o bem-estar da população e para o desenvolvimento do país, como a segurança social, a saúde e a educação, sofrem novas reduções que penalizam mais fortemente os grupos de menor rendimento.

O Governo e a troika pretendem destruir as funções sociais do Estado, consagradas na Constituição da República, construídas pela acção e pela luta de gerações sucessivas desde o 25 de Abril de 1974.

Hoje, a generalidade dos idosos é abrangida por pensões, a pobreza dos idosos foi reduzida e é pouco superior à da generalidade da população, devido às transferências sociais; foi construído um Serviço Nacional de Saúde assente na universalidade; foram desenvolvidos apoios sociais aos idosos e aos reformados; foi isentada do pagamento de taxas moderadoras na saúde a população de menores recursos, embora estas taxas sejam penalizadores por restringirem o acesso a um direito fundamental; foi estruturada uma rede de equipamentos e de respostas sociais, embora insuficiente, sobretudo no que respeita à vertente pública; foram desenvolvidos apoios sociais, que estão agora a ser paulatinamente retirados e postos em causa, se o programa de Agressão em curso no País não for travado.

O Orçamento de Estado para 2013 e o programa de agressão significam mais austeridade, mais recessão económica e maior retrocesso social. Significa também a progressiva perda de soberania, o aumento da dependência do exterior e a humilhação de um país que é cada vez mais governado do exterior e a favor dos interesses do capital financeiro.

Para a Inter-Reformados é necessário uma mudança de rumo nos destinos do país, que rompa com as políticas de direita que vêm a ser seguidas pelos sucessivos governos.

Neste quadro, a 7ª Conferência da Inter-Reformados, realizada em 18 de Janeiro de 2013, delibera:

- Considerar ilegítimo o congelamento e a redução das pensões pelo Estado por violar um contrato estabelecido entre o Estado e os cidadãos;
- Defender que a salvaguarda dos direitos dos reformados, incluindo a manutenção do poder de compra das pensões, a actualização de todas as pensões, a efectivação do direito à saúde, o desenvolvimento de equipamentos e de respostas sociais, a criação do direito de protecção na dependência e a erradicação da pobreza são fundamentais para o desenvolvimento económico e social do país e para a sua coesão económica e social;
- Lutar pela manutenção e desenvolvimento das funções sociais do Estado, enquanto conquista fundamental do 25 de Abril, materializadas na segurança social, na saúde, na educação, na habitação, na acção contra a pobreza e a exclusão social, consagradas na lei fundamental;
- Considerar ilegítimo, escandaloso e intolerável que o Governo claudique e a troika se intrometa em assuntos que relevam da soberania do país e que não podem ser justificados pelos supostos interesses do capital financeiro;
- Entender ser escandaloso, que seja invocada a “ajuda” ao País, quando este paga em encargos só com juros verbas que podem atingir os 4,3% do PIB este ano (7,5 mil milhões de euros) e 5% em 2014, sendo este um valor que ultrapassa a transferência do Estado para o Serviço Nacional de Saúde;
- Denunciar ainda como escandaloso que os bancos se financiem junto do Banco Central Europeu a uma taxa de juros de 0,75%, enquanto o Estado o não pode fazer, e fique dependente do financiamento dos mercados financeiros, em que paga taxas que excedem os 5%;
- Considerar imperativa a renegociação da dívida (nos seus montantes, prazos e juros) – de forma a romper com a política de empobrecimento e com o círculo vicioso de austeridade/recessão/austeridade – tendo como elementos fundamentais: o prolongamento do prazo para atingir o défice de 3%, de modo a compatibilizar a política orçamental com o crescimento; o alargamento dos prazos de pagamento; a redução da despesa com juros; a adopção de medidas de estímulo à economia, incluindo o apoio ao rendimento e medidas dirigidas à reindustrialização do país.

A 7ª Conferência da Inter-Reformados, delibera ainda:

- Participar activamente na campanha promovida pela CGTP-IN em defesa das funções sociais do Estado e, em particular, na recolha de assinaturas para a Petição que exige que os princípios da universalidade e da solidariedade dos serviços públicos e das funções sociais do Estado sejam respeitados e efectivados, tal como a Constituição da República Portuguesa consagra.
- Prosseguir e intensificar a mobilização dos reformados e pensionistas para a Grande Jornada de Acção e Luta que a CGTP-IN convocou para o dia 16 de Fevereiro em todos os distritos do Continente e das Regiões Autónomas, contra a exploração e o empobrecimento; trabalho com direitos; Saúde, Educação e Segurança Social para todos!
- Afirmar a sua disponibilidade para lutar por reais alternativas ao actual rumo de desastre económico e social, a que este governo e esta política conduzem País, o que impõe a ruptura urgente com a política de direita e o programa de agressão imposto pelas troikas Nacional e Estrangeira.

Lisboa, 18 de Janeiro de 2013